

# *Caderno de Questões*



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE**

*Concurso Público 2012*

## **AUDITOR TÉCNICO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**

### **PROVA A**

**21 de abril de 2012**

REALIZAÇÃO:



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**



Anote aqui seu gabarito e destaque no pontilhado.

01		11		21		31		41		51		61		71	
02		12		22		32		42		52		62		72	
03		13		23		33		43		53		63		73	
04		14		24		34		44		54		64		74	
05		15		25		35		45		55		65		75	
06		16		26		36		46		56		66		76	
07		17		27		37		47		57		67		77	
08		18		28		38		48		58		68		78	
09		19		29		39		49		59		69		79	
10		20		30		40		50		60		70		80	

## LÍNGUA PORTUGUESA

### TEXTO – DO CAMPO PARA A CIDADE

Gomes, 2002

Até 1940, os migrantes se dirigiam predominantemente para a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e também para a cidade e o estado de São Paulo, e eram em grande parte oriundos de Minas Gerais e do Nordeste. Desde **então**, seriam os estados **dessa região** os principais responsáveis pela expulsão de populações, **que** se dirigiriam primeiro para São Paulo e, após 1950-60, também para o Paraná, Goiás, Mato Grosso e Rondônia. Estabeleceram-se assim novos polos de atração de migrantes e novas áreas de expansão das fronteiras agrícolas, **o que** se acentuou após a instauração do regime militar em 1964. (...)

Os anos 1970 assinalaram um ponto de inflexão extremamente significativo em nosso perfil demográfico, na medida em que começou a se inverter a relação entre população rural e urbana, ficando esta cada vez mais concentrada no que passava a ser, genérica e simbolicamente, denominado como Sul ou Sul Maravilha, numa alusão às possibilidades reais ou sonhadas que **a região** oferecia.

Toda essa situação passaria a produzir desdobramentos econômicos e sociais graves, que seriam identificados e avaliados, cada vez mais, como negativos para o país. De um lado, o que se verificava era o esvaziamento e o empobrecimento do campo; de outro, com o inchamento das grandes cidades, um agravamento dos problemas de habitação, educação, saúde e segurança.

Mais recentemente, os deslocamentos não se fizeram tanto de áreas rurais para urbanas, mas sim entre áreas urbanas e, nesse caso, não mais tendo como destino preferencial as cidades metropolitanas, e sim aquelas de médio porte, que se tornaram polos de atração de fluxos migratórios. (...)

Todas essas transformações desenham um novo mapa e um novo perfil para a população brasileira. Somos, na virada do século XX para o XXI, um novo Brasil urbano, inclusive com uma diferenciação bem menor entre campo e cidade. Nosso povo deixou de ser jovem e começou a envelhecer. Sem dúvida, é hora de o Brasil amadurecer.

01. “Até 1940, os migrantes se dirigiam predominantemente para a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e também para a cidade e o estado de São Paulo, e eram em grande parte oriundos de Minas Gerais e do Nordeste”.

Sobre esse segmento inicial do texto, a inferência correta é:

- A) os migrantes, inicialmente dirigidos ao Rio de Janeiro, passaram a mudar seu destino para o Distrito Federal.
- B) o fluxo migratório até 1940 seguia o padrão de partida de regiões mais pobres para regiões mais ricas.
- C) a cidade e o estado de São Paulo atraíam predominantemente migrantes da região Nordeste.
- D) os migrantes que se dirigiam ao Sul eram oriundos de grande parte de Minas e do Nordeste.
- E) Minas Gerais e o Nordeste eram as únicas fontes dos migrantes para o Sul.

02. Num texto, a fim de ser criada coesão e coerência, estabelecem-se relações formais e semânticas entre elementos do texto. A alternativa em que o termo destacado do primeiro e segundo parágrafos do texto tem seu referente indicado de forma **INADEQUADA** é:

- A) que - populações
- B) então – desde o ano de 1940.
- C) a região – Sul ou Sul Maravilha.
- D) dessa região – Minas Gerais e Nordeste.
- E) o que – o estabelecimento de novos polos de atração de migrantes.

03. “Até 1940, os migrantes se dirigiam predominantemente para a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e também para a cidade e o estado de São Paulo, e eram em grande parte oriundos de Minas Gerais e do Nordeste. Desde então, seriam os estados dessa região os principais responsáveis pela expulsão de populações, que se dirigiam primeiro para São Paulo e, após 1950-60, também para o Paraná, Goiás, Mato Grosso e Rondônia. Estabeleceram-se assim novos polos de atração de migrantes e novas áreas de expansão das fronteiras agrícolas, o que se acentuou após a instauração do regime militar em 1964. (...)”

Por tratar-se de um texto didático, os vocábulos nele empregados têm caráter preponderadamente objetivo; o vocábulo desse primeiro parágrafo que acrescenta uma opinião do autor ao dado objetivo é:

- A) região.
- B) atração.
- C) expulsão.
- D) expansão.
- E) instauração.

04. “Estabeleceram-se assim novos polos de atração de migrantes e novas áreas de expansão das fronteiras agrícolas, **o que se acentuou após a instauração do regime militar em 1964.** (...)”

A relação estabelecida pelo autor do texto entre o segmento negrito e o anterior é a de que:

- A) o regime militar, citado no segundo segmento, foi a razão do surgimento de novos polos de atração de migrantes e novas áreas de expansão das fronteiras agrícolas.
- B) ainda que não sejam explicitadas as razões, o segundo segmento é apontado como causa de maior intensidade nas mudanças apontadas anteriormente.
- C) tanto o primeiro quanto o segundo segmento indicam consequências do estabelecimento de novos polos de atração para os migrantes de Minas e Nordeste.
- D) o primeiro segmento indica uma das razões para o surgimento de um regime militar de exceção, em 1964.
- E) o segundo segmento (negrito) é apontado como a condição das alterações citadas no segmento anterior.

05. Há um conjunto de fatores apontados como marcas de desdobramentos econômicos e sociais graves (3º. parágrafo). A alternativa em que o problema apontado está corretamente definido é:
- A) problemas de saúde – falta de pessoal e material para o atendimento de um número cada vez maior de migrantes, necessitados de assistência médica.
  - B) problemas de habitação – construção rápida demais de pequenas habitações para os migrantes, tendo como consequência uma série de acidentes.
  - C) empobrecimento do campo – a população rural, sem o apoio dos mais jovens, ficava restrita ao recebimento de valores dos programas sociais.
  - D) problemas de educação – dada a pobreza cultural dos migrantes, sobretudo os nordestinos, o nível de aprendizado caiu vertiginosamente.
  - E) esvaziamento do campo – reduzida utilização de máquinas agrícolas, mostrando defasagem na agricultura.
06. O texto lido é um exemplo de texto didático, retirado de um livro de História do Brasil para o ensino médio. Entre as características apontadas abaixo, aquela que corresponde mais especificamente ao texto lido é:
- A) identificação clara das fontes dos conhecimentos transmitidos ao leitor.
  - B) a tentativa de mostrar a utilidade das informações prestadas para o conhecimento da realidade atual do país.
  - C) exposição de fatos históricos em ordem cronológica, identificando aqueles de maior importância para o assunto tratado.
  - D) linguagem clara e de uso coloquial a fim de que todos os leitores possam decodificar facilmente as informações prestadas.
  - E) a preocupação de explicar as razões dos fatos apontados, além de, com a preocupação de clareza, exemplificar continuamente.
07. Há uma série de transformações citadas no texto como marcas de um novo perfil para nosso país; a transformação que está indicada de forma **INCORRETA** é:
- A) migração da área rural para as áreas urbanas / migração entre áreas urbanas.
  - B) cidades metropolitanas como alvo de migrações / cidades de médio porte como alvo de migrações.
  - C) distinções bem acentuadas entre campo e cidade / diferenciação bem menor entre campo e cidade.
  - D) país de marcante distinção entre ambiente rural e urbano / menor diferenciação entre campo e cidade.
  - E) povo jovem e de grande dinamismo / povo mais maduro e consciente de suas responsabilidades.
08. “Toda essa situação passaria a produzir desdobramentos econômicos e sociais graves”. Esse segmento do texto pode ser reescrito, conservando-se o seu sentido, de várias formas distintas; a frase em que a modificação proposta conserva esse sentido original é:
- A) Desdobramentos econômicos e sociais graves passariam a ser produzidos por toda essa situação.
  - B) Graves desdobramentos sociais e econômicos viriam a ser produzidos por toda essa situação.
  - C) Graves desdobramentos econômicos e sociais seriam modificados por toda essa situação.
  - D) Toda essa situação seria levada a produzir graves desdobramentos econômicos e sociais.
  - E) Toda essa situação chegaria a produzir desdobramentos econômicos e sociais graves.
09. “Nosso povo deixou de ser jovem e começou a envelhecer. Sem dúvida é hora de o Brasil amadurecer”; o final do texto nos diz que:
- A) é chegado o momento de o Brasil amadurecer, pois a maioria de nossa população já chegou à terceira idade.
  - B) apesar de o nosso povo ter deixado de ser jovem e ter começado a envelhecer, é hora de o nosso país amadurecer.
  - C) como nosso povo já deixou de ser jovem e começou a envelhecer, o momento de amadurecimento já deveria ter ocorrido.
  - D) certamente nosso país deve amadurecer, aproveitando-se do fato de que a maioria de nossa população é de jovens e ainda tardará muito em envelhecer.
  - E) é certo que nosso país deve amadurecer, visto que nossa população já deixou de ser predominantemente jovem e iniciou processo de envelhecimento.
10. Nos segmentos abaixo, as preposições negritadas têm seu emprego justificado por algum termo anterior; o segmento em que o emprego da preposição (ou combinação de preposição + artigo) **NÃO** pertence a esse caso é:
- A) inchamento **das** grandes cidades.
  - B) polos de atração **de** migrantes.
  - C) empobrecimento **do** campo.
  - D) a cidade **do** Rio de Janeiro.
  - E) expulsão **de** populações.

**CONTABILIDADE GERAL**

11. A Empresa Comercial Ltda., revendedora de mercadorias, adquiriu, na Veículos Aliança Ltda., um utilitário para transporte de mercadorias, por R\$ 30.000, sendo 40% à vista e o restante em cinco parcelas iguais e sucessivas.

Na aquisição realizada houve a incidência de ICMS, a uma alíquota de 15%. Com base nesses dados, pode-se afirmar que o ativo da empresa, na data da operação, teve um acréscimo correspondente ao seguinte valor:

- A) R\$ 13.500
- B) R\$ 18.000
- C) R\$ 25.500
- D) R\$ 30.000
- E) R\$ 37.500

12. A Companhia Alvorada foi constituída em 05/02/2011. Cinco dias depois, para início de suas atividades, foram realizadas aquisições dos seguintes bens imobilizados:

- I) máquina operatriz por R\$ 40.000, sendo 50% a prazo;
- II) veículo para transporte de pessoal e material por R\$ 30.000 à vista;
- III) mobiliários diversos, no valor total de R\$ 18.000, à vista.

A administração da companhia, por ocasião das aquisições, estimou uma vida útil de 10 anos para a máquina operatriz, com valor residual de 10%; para o veículo, 5 anos, com 10% de valor residual; e 10 anos para o mobiliário, sem valor residual.

Sabendo-se que o método de depreciação adotado pela companhia é da linha reta, que a máquina operatriz foi instalada com um custo de R\$ 4.000 e que o início da sua utilização se deu em 10 de março, os encargos de depreciação desses imobilizados contabilizados no final do exercício corresponderam ao valor de:

- A) R\$ 8.700
- B) R\$ 8.970
- C) R\$ 9.600
- D) R\$ 9.900
- E) R\$ 11.160

13. A Cia. Industrial vendeu para um determinado cliente 2.000 unidades de um produto, ao preço unitário de R\$ 18, com uma parcela de 40% à vista. Na ocasião da venda, concedeu um desconto de 5% na nota fiscal e ainda propôs um desconto de 5%, caso o cliente antecipasse o pagamento da duplicata, cujo vencimento ocorreria 60 dias após.

Observe as informações complementares sobre a operação:

- custo da venda dos produtos: R\$ 20.000;
- ICMS incidente: 15%;
- frete por conta do vendedor: R\$450;
- IPI: 10%;
- soma do PIS com a contribuição social sobre o faturamento: R\$ 230;
- comissão sobre vendas: R\$ 350.

Com esses dados, pode-se afirmar que o valor do lucro bruto, referente a essa operação, foi igual a:

- A) R\$ 11.747
- B) R\$ 8.840
- C) R\$ 8.000
- D) R\$ 7.220
- E) R\$ 5.420

14. Em 31/12/2011, antes da elaboração de suas demonstrações, o livro Razão de uma determinada companhia apresentava, entre outras, as seguintes contas com seus respectivos saldos (valores em R\$):

Capital Subscrito.....	300.000
Capital a Realizar.....	20.000
Ações em Tesouraria .....	10.000
Prejuízos Acumulados.....	20.000

Por ocasião da apuração do resultado, o lucro, após o IR/CSLL e antes das participações, correspondia ao montante de R\$ 100.000. No estatuto da companhia constavam as seguintes participações e distribuição do lucro:

Administradores .....	5%
Partes Beneficiárias .....	5%
Empregados.....	10%
Reserva Estatutária.....	10%

Com esses dados e com base na legislação societária, o valor destinado e apropriado à Reserva Legal foi igual a:

- A) R\$ 4.249,00
- B) R\$ 4.061,25
- C) R\$ 3.824,10
- D) R\$ 3.249,00
- E) R\$ 2.924,10

15. A legislação vigente determina que sejam coligadas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa, isto é, quando a investidora detém ou exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeiras ou operacionais da investida, sem, contudo, controlá-la. Essa influência significativa também é presumida quando a companhia investidora, nas mesmas condições anteriores, possuir a seguinte porcentagem do capital votante da investida:

- A) 5%
- B) 10%
- C) 20% ou mais
- D) entre 5% e 10%
- E) entre 10% e 20%

16. A Companhia Industrial Alvorada, no intuito de aumentar o seu volume de produção, adquiriu à vista, em 28/05/2008, um equipamento. A nota fiscal do fornecedor foi emitida com as seguintes informações:

– Preço do equipamento: R\$ 250.000

– IPI: 10%

– ICMS: 20%

– Frete e seguro: por conta do vendedor.

Para a instalação do equipamento foi contratado um técnico especializado que cobrou pelo serviço executado o valor de R\$ 3.000. Em 05/06, a instalação foi concluída e o equipamento entrou em operação. Sabendo-se que, na data da aquisição, a administração estimou uma vida útil de 10 anos, com valor residual de R\$ 7.000, e que a empresa adota o método linear para depreciar seu imobilizado, o valor contábil do referido equipamento, em 31/12/2011, era igual a:

- A) R\$ 143.675
- B) R\$ 145.600
- C) R\$ 147.400
- D) R\$ 162.925
- E) R\$ 174.200

17. A Cia. Toledo possui 70% do patrimônio líquido da Cia. Valência. Em 31/12/2011, a Cia. Valência apurou um lucro líquido de R\$ 100.000, e, conforme disposto no seu estatuto, dele destinou 30% para pagamento de dividendo mínimo a seus acionistas.

O referido fato acarretou uma mutação no patrimônio da Cia. Toledo que, em consequência, deverá providenciar o devido registro contábil, efetuando o seguinte lançamento:

A) D: Dividendos a Receber	21.000
C: Investimentos em Participações Societárias	21.000
B) D: Dividendos a Receber	21.000
C: Receita de Dividendos	21.000
C) D: Investimentos em Participação Societária	21.000
C: Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	21.000
D) D: Caixa	21.000
C: Receita de Dividendos	21.000
E) D: Caixa	21.000
C: Resultado Positivo de Equivalência Salarial	21.000

18. Em 31/12/2010, o patrimônio líquido da Cia. Planaltina era constituído pelas seguintes contas e respectivos saldos (valores em reais):

Capital Subscrito .....	500.000
Capital a Realizar .....	30.000
Reserva Legal .....	90.000
Reserva para Contingências .....	10.000

No exercício de 2011, a companhia só utilizou 80% do saldo das reservas para contingências constituídas em 2010 e apurou um lucro líquido no montante de R\$ 100.000. Desse lucro apurado, a administração propôs à Assembleia Geral a constituição de uma Reserva Estatutária no valor de R\$ 10.000 e de Reservas para Contingências no valor de R\$ 15.000.

O estatuto da companhia é omissivo quanto à distribuição dos dividendos. Com essas informações e com base na legislação vigente, a parcela de dividendos mínimos obrigatórios que foram distribuídos em 2011 aos acionistas correspondeu a:

- A) R\$ 36.000
- B) R\$ 36.500
- C) R\$ 38.500
- D) R\$ 41.500
- E) R\$ 43.500

19. As reservas de lucros constituídas no exercício são calculadas com base no lucro líquido do exercício. Entretanto, o somatório dos saldos de algumas dessas reservas constituídas não poderá ultrapassar o capital social, uma vez que, atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou aumento do capital, ou na distribuição de dividendos.

De acordo com a legislação societária vigente, esse somatório **não** inclui os saldos das seguintes reservas de lucros:

- A) legal, para contingências e estatutárias
- B) legal, de retenção de lucros e de lucros a realizar
- C) para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar
- D) estatutária, retenção de lucros e de lucros a realizar
- E) de incentivos fiscais, legal e especial para dividendos obrigatórios não distribuídos

20. Em 31/12/2010, o patrimônio líquido demonstrado no balanço da Cia. Comercial ABC era de R\$ 150.000.

No transcorrer de 2011, ocorreram as seguintes operações:

- integralização, pelos acionistas, de capital em dinheiro, no valor de R\$ 15.000;
- retirada pelos acionistas, a título de antecipação de lucros, no valor de R\$ 8.000;
- vendas de mercadorias, totalizando R\$ 50.000;
- despesas gerais e administrativas, no valor de R\$ 10.000;
- concessão de abatimentos efetuados sobre vendas, no valor de R\$ 2.000;
- aquisição à vista de diversos mobiliários, no valor de R\$ 30.000;
- venda de um imóvel, com lucro na operação, de R\$ 5.000;
- vendas efetivas, o custo foi igual a R\$ 30.000;
- constituição de reservas de lucro, no montante de R\$ 4.000;
- apuração do imposto de renda, no valor de R\$ 3.000.

O balanço patrimonial elaborado em 31/12/2011 apresentou um patrimônio líquido no montante de:

- A) R\$ 118.000
- B) R\$ 162.000
- C) R\$ 167.000
- D) R\$ 168.000
- E) R\$ 175.000

21. A Construtora Brilhante Ltda., apresentava, nas suas demonstrações elaboradas em 31/12/2010, a conta Lucros/Prejuízos com saldo credor, no valor de R\$ 120.000.

No exercício de 2011, foram registrados os seguintes eventos:

- integralização do capital em dinheiro: R\$ 120.000;
- capitalização de lucros acumulados: de R\$ 100.000;
- ajuste positivo, em decorrência de alteração de critérios contábeis: R\$ 12.000;
- ajuste na provisão para o imposto de renda, de 2010, constituída a maior no valor de R\$ 20.000;
- participação dos empregados no resultado, conforme provisão contratual: R\$ 20.000.

Após o confronto entre as receitas e despesas, foi apurado um lucro líquido de R\$ 320.000 e foram feitas as seguintes apropriações sobre esse lucro:

Reserva Legal	5%
Reserva Contratual	R\$ 140.000
Participação dos Sócios	R\$ 80.000

Sabendo-se que, do saldo da Reserva para Contingências constituída em 2010, não foram utilizados R\$ 60.000, o saldo da conta Lucros/Prejuízos Acumulados, em 31/12/2011, indicou o seguinte valor:

- A) R\$ 144.000
- B) R\$ 156.000
- C) R\$ 164.000
- D) R\$ 176.000
- E) R\$ 196.000

22. No exercício de 2011 foram registrados os seguintes eventos na contabilidade de uma determinada companhia (valores em reais):

Venda de mercadorias à vista .....	53.500
Pagamento de salários .....	1.500
Pagamento na aquisição de mobiliário .....	4.000
Recebimento de dividendos de controlada .....	2.500
Pagamento a fornecedores .....	15.000
Integralização de capital em dinheiro .....	4.000
Venda de mercadorias a prazo .....	30.000
Recebimento de empréstimos obtidos .....	1.000
Pagamento de diversas despesas administrativas.....	10.000
Amortização de empréstimos obtidos .....	8.000
Venda à vista de bens imobilizados .....	2.500
Aquisição de ações de outras empresas para revenda.....	1.500
Recebimento da alienação de investimentos permanentes..	6.000
Pagamento de impostos e contribuições.....	12.500
Alienação de bônus de subscrição .....	1.000
Recebimento de empréstimos concedidos .....	7.500
Aquisição à vista de investimentos permanentes .....	2.500

Com base nesses dados, pode-se afirmar que o fluxo líquido de caixa referente às atividades de financiamento foi:

- A) negativo de R\$ 2.000
  - B) negativo de R\$ 3.000
  - C) positivo de R\$ 4.000
  - D) positivo de R\$ 5.500
  - E) positivo de R\$ 8.000
23. Em 31/12/2011, o balanço patrimonial da Empresa Comercial Alvorada Ltda. apresentava as seguintes contas e respectivos saldos (em reais) :

Banco c/movimento .....	38.000
Estoque de Mercadorias .....	60.000
Fornecedores .....	30.000
Empréstimos Bancários (LP) .....	54.000
Capital Realizado .....	40.000
Depreciação Acumulada .....	3.000
Adiantamento de Clientes .....	26.000
Duplicatas a Receber .....	6.000
Veículos .....	36.000
Móveis e Utensílios .....	32.000
Reserva de Lucros .....	9.800
Lucros/Prejuízos Acumulados.....	20.000
Salários a Pagar .....	38.000
Impostos a Recolher .....	7.200
Seguros a Vencer .....	4.000
Equipamentos .....	4.000
Duplicatas a Receber (LP) .....	48.000

Com base no balanço patrimonial, os valores dos débitos de funcionamento e do capital circulante líquido eram, respectivamente, iguais a:

- A) R\$ 228.000 e R\$ 13.000
- B) R\$ 225.000 e R\$ 6.000
- C) R\$ 158.000 e R\$ 13.000
- D) R\$ 155.000 e R\$ 7.000
- E) R\$ 101.000 e R\$ 3.000

24. A Companhia Alvorada S/A foi constituída com um capital subscrito de 600.000 ações com valor nominal de R\$ 5, totalmente realizado, sendo que a quantidade de emissão de ações preferenciais e ordinárias se igualou a 50%. Em 25/09/2011, a Companhia Planalto S/A adquiriu 30% do capital da Cia. Alvorada, recebendo 180.000 ações ordinárias. Na mesma data, a Companhia Sertão S/A adquiriu também 65% do capital da Cia. Alvorada, recebendo, na ocasião, 105.000 ações ordinárias e 285.000 ações preferenciais. As duas operações foram realizadas sem o pagamento de ágio.

Após esses investimentos efetuados, e com base na legislação societária, a correlação existente entre essas três companhias passou a ser a seguinte:

- A) Cia. Planalto controladora da Cia. Alvorada e a Cia. Sertão sua coligada
- B) Cia. Sertão controladora da Cia. Alvorada e a Cia. Planalto sua coligada
- C) Tanto a Cia. Planalto como a Cia. Sertão tornam-se controladoras da Cia. Alvorada
- D) Cia. Sertão controladora da Cia. Alvorada e participação da Cia. Planalto classificada como Outros Investimentos
- E) Cia. Planalto controladora da Cia. Alvorada e participação da Cia. Sertão classificada como Outros Investimentos

25. Em 31/12/2011, antes do fechamento do balanço, o subgrupo ativo investimento da Companhia ABC era constituído dos seguintes itens:

- 10.000 ações da Cia. Alfa, no montante de R\$ 300.000;
- 20.000 ações da Cia. Beta, no valor total de R\$ 700.000;
- Cia. Delta, no montante de R\$ 1.500.000 (correspondente a 60% do capital votante);
- Imóvel sem uso, no valor de R\$ 200.000.

Considere as seguintes informações complementares:

I – as Cia. Alfa e Beta não eram controladas nem coligadas da Cia. ABC;

II – no final do exercício, as ações da Cia. Alfa estavam cotadas no mercado acionário pelo valor de R\$ 28;

III – devido a um incêndio de grandes proporções ocorrido nas suas instalações e considerado de difícil recuperação, o valor das ações da Cia. Beta estavam cotadas a R\$ 25;

IV – o valor de mercado apurado do imóvel sem uso era de R\$240.000;

V – a Cia. Delta apurou, no exercício, um lucro no valor de R\$600.000 e seu estatuto determinou a distribuição de 40% desse lucro a título de dividendos.

Na elaboração do balanço patrimonial, o subgrupo ativo investimento apresentou o seguinte montante:

- A) R\$ 2.860.000
- B) R\$ 2.780.000
- C) R\$ 2.736.000
- D) R\$ 2.720.000
- E) R\$ 2.716.000

## DIREITO CONSTITUCIONAL

26. Para garantir os efeitos vinculantes de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal em ação declaratória de constitucionalidade, o interessado pode valer-se do seguinte instrumento:
- A) reiteração
  - B) reclamação
  - C) representação
  - D) obrigação de fazer
  - E) obrigação de reparar
27. Durante julgamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental, o Supremo Tribunal Federal começa a decidir acerca de concessão de liminar requerida na ação. Para a referida concessão será necessária decisão, nesse sentido, da seguinte maioria do Tribunal:
- A) 3/5 dos presentes
  - B) simples dos presentes
  - C) absoluta dos presentes
  - D) absoluta de seus membros
  - E) simples dos seus membros
28. Não tem legitimidade para propor ação de inconstitucionalidade por omissão a seguinte parte:
- A) Conselho Federal da OAB
  - B) Procurador-Geral da República
  - C) Conselho Nacional de Justiça
  - D) Confederação Sindical nacional
  - E) Mesa da Câmara dos Deputados
29. O Supremo Tribunal Federal já entendeu ser possível receber arguição de descumprimento de preceito fundamental como ação direta de inconstitucionalidade em face do seguinte princípio:
- A) fungibilidade
  - B) razoabilidade
  - C) subsidiariedade
  - D) acesso à Justiça
  - E) economicidade processual
30. A competência para processar e julgar *habeas corpus* contra ato do juiz federal que atue nos Juizados Especiais Federais em Belo Horizonte é do seguinte órgão julgante:
- A) Tribunal de Justiça de Minas Gerais
  - B) Corregedoria da Justiça Federal
  - C) Superior Tribunal de Justiça
  - D) Supremo Tribunal Federal
  - E) Tribunal Regional Federal
31. Os processos de *habeas data* terão prioridade sobre todos os atos judiciais, **excetuando-se** os relativos a:
- A) ação popular
  - B) ação civil pública
  - C) mandado de injunção
  - D) mandado de segurança
  - E) ação de responsabilidade civil

32. Quanto ao objeto da ação popular, pode-se afirmar que hoje é ponto pacífico na doutrina e na jurisprudência que não pode ser utilizada quando o autor pretende a invalidação de:
- A) ato imoral
  - B) lei em tese
  - C) lesão ao meio ambiente
  - D) prejuízo ao patrimônio cultural
  - E) prejuízo ao patrimônio histórico
33. Segundo a doutrina, **não** figura como limitação material explícita, na incidência do poder de reforma da constituição, emenda que preveja a seguinte situação:
- A) abolição do voto direto
  - B) extinção da liberdade religiosa
  - C) direito de formação de partido monarquista
  - D) alteração da titularidade do poder constituinte
  - E) modificação de norma relativa ao processo à própria emenda
34. Júnior, servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão no Ministério das Cidades, em razão desse vínculo, está sujeito ao seguinte regime previdenciário:
- A) geral do INSS
  - B) estatutário extraordinário
  - C) especial de caráter público
  - D) público de caráter complementar
  - E) privado de caráter complementar
35. O Defensor Público Geral do Estado de Minas Gerais está sujeito ao teto constitucional correspondente ao subsídio de:
- A) Deputado Federal
  - B) Governador do Estado
  - C) Presidente da República
  - D) Ministro do Supremo Tribunal Federal
  - E) Desembargador do Tribunal de Justiça

## AUDITORIA

36. Uma auditoria é conduzida por um auditor independente que apresenta relatório com sua opinião sobre as demonstrações contábeis. Nesse tipo de auditoria, o objetivo do auditor independente é:
- A) Validar que as demonstrações contábeis estão livres de fraude.
  - B) Verificar que todos os saldos das contas contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
  - C) Obter segurança razoável de que o balanço patrimonial e a demonstração do resultado estão livres de distorção relevante causada por erro.
  - D) Verificar que todos os atos da administração foram registrados corretamente nas demonstrações contábeis e estão livres de distorção causada por erro.
  - E) Obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

37. A auditoria interna é exercida nas pessoas jurídicas de direito público, interno e externo, e de direito privado. E sua atividade está estruturada em procedimentos que são desenvolvidos com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado. A auditoria interna tem por finalidade:
- A) Agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio de relatórios com recomendação de soluções para as não conformidades.
  - B) Implementar políticas, normas e procedimentos de garantia da qualidade dos processos, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento das leis, por meio de relatórios com recomendação de soluções para as não conformidades.
  - C) Validar os atos administrativos da gestão financeira, aperfeiçoando o processo de licitação e prestação de contas, por meio da recomendação de soluções para as não conformidades apresentadas nos relatórios de auditoria.
  - D) Validar as demonstrações contábeis da organização, aperfeiçoando o processo de elaboração com recomendações de eficiência, eficácia e economicidade, por meio de carta comentário.
  - E) Verificar que os processos da administração estão isentos de fraude e erro, apresentando, caso ocorra, recomendação de responsabilização da gestão por meio de relatórios.
38. Dentre os procedimentos da auditoria interna incluem-se testes de observância e testes substantivos. Na aplicação dos testes de observância, são considerados os procedimentos de observação e os de:
- A) medição, sumarização e amostragem.
  - B) inspeção, investigação e confirmação.
  - C) aferição, amostragem e sumarização.
  - D) investigação, medição e aferição.
  - E) confirmação, cálculo e inspeção.
39. A validação de transações ou saldos contábeis da entidade auditada, por meio de dados obtidos junto a terceiros, com os quais a entidade mantém relacionamento comercial, é um procedimento de auditoria denominado:
- A) perícia.
  - B) fiscalização.
  - C) circularização.
  - D) revisão analítica.
  - E) revisão por pares.
40. O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e dos riscos de detecção. Os riscos de distorção relevante podem existir em dois níveis: no nível geral das demonstrações contábeis e no nível da afirmação para classes de:
- A) saldos contábeis, demonstração de valor adicionado e notas explicativas.
  - B) contas contábeis, saldos contábeis e notas explicativas.
  - C) transações, contas contábeis e fluxo de caixa.
  - D) transações, saldos contábeis e divulgações.
  - E) operações, fluxo de caixa e divulgações.

#### DIREITO PENAL

41. Carlos, brasileiro em visita ao Paraguai, após uma discussão com um comerciante local, vem a ser baleado. Ferido, consegue voltar para o Brasil, onde recebe socorro e assim sobrevive. A alternativa que indica se a lei penal brasileira poderá ou não ser aplicada ao caso é:
- A) não, pois a ação se deu no território de outro país
  - B) sim, pois se trata de caso de extraterritorialidade da lei penal
  - C) sim, pois o resultado, caso ocorresse, teria se dado em território nacional
  - D) não, pois a lei penal brasileira poderá ser aplicada se o agressor ingressar no Brasil
  - E) não, pois a lei penal brasileira seria aplicável se Carlos tivesse morrido em solo pátrio
42. São causas de exclusão da antijuridicidade:
- A) estado de necessidade e embriaguez accidental completa
  - B) legítima defesa e estrito cumprimento do dever legal
  - C) estrito cumprimento do dever legal e coação moral
  - D) inimputabilidade e exercício regular de direito
  - E) erro de proibição e perdão do querelante
43. Na coautoria é preciso a existência de:
- A) um agente com desconhecimento do dolo do outro
  - B) um dos agentes sem o domínio final do fato
  - C) um agente para indução do outro em erro
  - D) a inimputabilidade de um dos agentes
  - E) um vínculo subjetivo entre os agentes
44. O tipo de crime que ocorre quando se omite intencionalmente em um documento declaração que nele deveria constar é:
- A) falsidade ideológica
  - B) uso de documento falso
  - C) supressão de documento
  - D) falsidade de documento público
  - E) falsidade de documento particular
45. O pagamento integral do tributo devido, antes de ocorrer o oferecimento da denúncia acarretará o seguinte efeito:
- A) exclusão de antijuridicidade
  - B) suspensão da punibilidade
  - C) exclusão da culpabilidade
  - D) extinção da punibilidade
  - E) atipicidade do fato

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

46. A isenção equivale à:
- A) delegação da competência tributária
  - B) ausência de definição do fato gerador
  - C) suspensão da eficácia da norma de incidência
  - D) suspensão de um dos elementos quantitativos da norma de incidência
  - E) inexistência de norma geral promulgada pela União Federal em matéria tributária
47. O Município de Belo Horizonte publicou lei, em agosto de 2010, majorando a alíquota do ITBI, para vigorar a partir do exercício de 2011, em 10% e pelo prazo de doze meses a partir de sua vigência. Em dezembro de 2011, foi publicada uma nova lei, que manteve a alíquota de 10% por mais doze meses. Em janeiro de 2012, Caio adquiriu um imóvel localizado no Município de Belo Horizonte e, ao gerar a guia correspondente ao lançamento do ITBI sobre a operação de compra e venda, deparou-se com a incidência da alíquota de 10%, que julgava não estar em vigor. A incidência do imposto, à alíquota de 10%, é considerado como:
- A) inaplicável, pois não incide sobre a hipótese o prazo nonagesimal previsto pela Constituição da República, porquanto não se trata de alteração de base de cálculo
  - B) legal, porquanto respeitados os princípios constitucionais relativos à limitação ao poder de tributar, inclusive o da anualidade
  - C) ilegal sobre a compra e venda realizada em janeiro de 2012, porquanto não respeitado o prazo nonagesimal para a majoração do tributo
  - D) inexistente, porquanto a lei, publicada em dezembro de 2011, não poderia ter sido promulgada com prazo determinado
  - E) inconstitucional, pois a elevação da alíquota do imposto possui características de confisco
48. Na hipótese de produtos importados do exterior, para fins de lançamento tributário, o comentário correto acerca do preço pago é o que se faz na seguinte alternativa:
- A) admite constituição por meio de lei
  - B) produz efeitos jurídicos após a notificação do sujeito passivo
  - C) é constituído pelo lançamento, considerado ato privativo da autoridade fazendária
  - D) deverá ser convertido em moeda corrente nacional no dia da ocorrência do fato gerador
  - E) possui, de acordo com o Código Tributário Nacional, natureza declaratória da obrigação tributária
49. A alternativa que **não** expressa a responsabilidade solidária dos sócios ou do adquirente é:
- A) continuação da atividade pelo sócio remanescente, sob outra razão social
  - B) ocorrência dos fatos geradores no período de sua administração
  - C) prova da prática de ato ilícito ou contrário ao estatuto social
  - D) existência de dívidas de IPTU não quitadas pelo vendedor
  - E) arrematação de imóvel em hasta pública
50. Para o fim de obter certidão positiva com efeito de negativa, o contribuinte tem a possibilidade de:
- A) postular, administrativamente, a propositura da ação de execução fiscal
  - B) submeter-se ao direito subjetivo do Estado à satisfação dos seus créditos
  - C) alienar os bens em débito para com a Fazenda Pública, por crédito regularmente lançado
  - D) após o vencimento da obrigação tributária e antes da execução, garantir o juízo de forma antecipada
  - E) concorrer com o crédito tributário, independentemente da sua natureza ou do tempo de sua constituição
51. Na correção monetária e juros de mora, para atualização dos débitos tributários pagos em atraso, é legítimo o ente tributante fazer uso da:
- A) TR
  - B) moratória
  - C) Taxa SELIC
  - D) presunção de pagamento
  - E) imputação do pagamento
52. A Fazenda Municipal propõe ação de execução fiscal, objetivando a cobrança de créditos vencidos e não pagos de IPTU incidentes sobre imóvel de propriedade de determinado contribuinte. Contudo, a lei que havia instituído o referido imposto foi julgada parcialmente inconstitucional, o que ocasionaria a redução da alíquota incidente sobre a base de cálculo do IPTU. O prosseguimento da execução fiscal proposta pelo valor remanescente depende da seguinte providência:
- A) revisão do lançamento
  - B) meros cálculos aritméticos
  - C) constituição de novo título executivo
  - D) regularização da inscrição em dívida ativa
  - E) emenda ou a substituição da certidão da dívida ativa
53. **Não** é causa de extinção do crédito tributário:
- A) a dação em pagamento
  - B) o parcelamento
  - C) a compensação
  - D) a decadência
  - E) a remissão
54. A lei do ente tributante municipal pode prever a compensação tributária de créditos que apresentem as seguintes características:
- A) sejam impostos estaduais não cumulativos
  - B) sejam financeiros na conta corrente do contribuinte
  - C) pertençam a sociedades integrantes do mesmo grupo econômico
  - D) possuam natureza não tributária do sujeito passivo contra a Fazenda Pública
  - E) sejam ilíquidos e certos vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública

55. Analise as assertivas a seguir:
- I – As taxas, contribuições de melhoria, contribuições previdenciárias do servidor público e o FGTS são espécies tributárias inseridas na competência comum da União, dos Estados e dos Municípios;
  - II – O Imposto Extraordinário de Guerra é de competência da União;
  - III – A competência residual é aquela atribuída a um ente para criar tributos cujos fatos geradores não foram discriminados pela Constituição Federal;
  - IV – As contribuições parafiscais estão inseridas na esfera de competência exclusiva da União e são as seguintes: contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico, e de interesse dos servidores públicos dos entes políticos;
  - V – O prazo nonagesimal pode ser alterado por lei específica do ente tributante.
- Aquela que melhor materializa a competência tributária tal qual prevista na Constituição da República é a de número:
- A) V
  - B) IV
  - C) III
  - D) II
  - E) I
56. A legislação tributária que disponha sobre suspensão ou extinção do crédito tributário deve ser interpretada da seguinte forma:
- A) literalmente
  - B) extensivamente
  - C) retroativamente
  - D) analogicamente
  - E) teleologicamente
57. O critério indicado pelo CTN para definição de domicílio tributário por firma individual, na falta de sua eleição, é:
- A) o indicado pela autoridade administrativa
  - B) o local da ocorrência do fato gerador
  - C) o eleito pelo responsável
  - D) o da residência habitual
  - E) o lugar da sua sede
58. A respeito do pedido de parcelamento do tributo devido, acompanhado da denúncia espontânea, é correta a seguinte afirmativa:
- A) afasta a incidência de multa autônoma
  - B) não exclui a responsabilidade da infração
  - C) não importa em pagamento do tributo devido e dos juros de mora
  - D) afasta a incidência do principal, da multa fiscal e da multa moratória
  - E) não pode ser apresentado após a medida de fiscalização relacionada com a infração
59. Não suspende a exigibilidade do crédito tributário:
- A) a isenção
  - B) o depósito do seu montante integral
  - C) a concessão de medida liminar em mandado de segurança
  - D) a concessão de tutela antecipada em ação de rito ordinário
  - E) os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário

60. O fato gerador da obrigação acessória é definido como:
- A) situação estabelecida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
  - B) obrigação de pagamento de tributo ou penalidade pecuniária imposta pela lei do ente tributante
  - C) solidariedade tributária regularmente determinada pela norma fiscal em vigor no ato do seu surgimento
  - D) situação de imposição à prática ou à abstenção de ato não configurante de obrigação principal
  - E) conversão da obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária pelo simples fato da sua inobservância

#### DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

61. Joaquim, estudante secundarista ligado à UNE, decide criar partido político de esquerda, para concorrer nas eleições para a Prefeitura. Para tanto, coleta assinaturas e promove o registro nos órgãos competentes. Apesar do empenho, o partido político não chega a eleger representantes políticos. O Tribunal Regional Eleitoral, tempos depois, decide inspecionar cuidadosamente a pessoa jurídica criada e percebe um defeito no respectivo ato de registro, cuja publicação de inscrição ocorreu há dois anos. Diante disso, o Tribunal Regional Eleitoral deve agir da seguinte forma quanto à manutenção ou não do registro e em função do seguinte prazo de decadência do direito de anulá-lo:
- A) manter o registro – um ano
  - B) anular o registro – dez anos
  - C) anular o registro - três anos
  - D) anular o registro – cinco anos
  - E) manter o registro – seis meses
62. João, esposo de Moira, alugou, em 2005, um prédio rústico, de sua propriedade, para a mulher, a fim de que a mesma pudesse produzir as peças de artes plásticas para uma exposição. Apesar do combinado, como as peças não foram vendidas, Moira deixa de pagar o valor dos seis meses de aluguel para João. Em 2010, Moira e João se separam. João, então, procura um advogado e indaga sobre a possibilidade de receber o valor dos aluguéis. Nesse caso, tais valores são considerados como:
- A) devidos, pois a prescrição de dez anos ocorrerá em 2015
  - B) devidos, pois a prescrição de três anos ocorrerá em 2013
  - C) indevidos, pois a prescrição de dois anos ocorreu em 2007
  - D) devidos, pois a prescrição de cinco anos ocorrerá em 2015
  - E) indevidos, pois a prescrição de quatro anos ocorreu em 2009
63. Marta cobra de Luiza, em ação própria, cerca de dois mil e quinhentos reais calculados por ela como devidos a partir de uma dívida originária no referido valor e que, por esquecimento da primeira, já havia sido parcialmente paga mediante depósito em conta corrente de um mil e quinhentos reais, cujo saldo Marta não conferiu. Diante desse fato, Luiza comprova o depósito parcial da dívida. De acordo com a regra expressa do Código Civil, e inexistindo desistência da ação antes de Luiza contestá-la ou prescrição, Marta poderá ser obrigada a pagar a Luiza o correspondente, em reais, a:
- A) quinze mil
  - B) dez mil
  - C) cinco mil
  - D) dois mil e quinhentos
  - E) um mil

64. Considere uma obrigação alternativa, cuja escolha do objeto a ser cumprido, por força do que consta do título, recaia sobre terceiro que, por razões de saúde, não possa exercê-la. Diante da inexistência de acordo entre as partes, a escolha recairá sobre a seguinte pessoa:
- A) defensor público *ad hoc*
  - B) promotor de justiça
  - C) novo árbitro
  - D) credor
  - E) juiz
65. Considere a hipótese de, numa obrigação de dar coisa certa a três distintos credores, de um objeto ser indivisível. Nesse caso, quanto à forma correta de pagamento, a lei civil estabelece o seguinte:
- A) cada um dos credores poderá exigir a dívida inteira
  - B) cada um dos credores poderá exigir a sua parte proporcional, em dinheiro
  - C) cada um dos credores poderá exigir coisa diversa, mas de valor idêntico para cada porção
  - D) o devedor poderá exigir que os credores aceitem outro bem, de valor maior, de terceiro de boa-fé
  - E) o devedor poderá exigir que os credores aceitem coisa diversa, mas de valor idêntico para cada porção
66. João firma contrato de compra e venda de toda a sua futura produção de uva para Pedro, dono de uma vinícola. Ocorre que as videiras de João são afetadas por um fungo raro e toda a produção é perdida. Ressalvada a hipótese de as partes quiserem firmar contrato aleatório, o contrato firmado deve ser considerado como:
- A) futuro
  - B) indevido
  - C) sem efeito
  - D) suspenso
  - E) inexistente
67. Paulo firma contrato de prestação de serviço de limpeza com Jurema, tendo sido acertado que a sua remuneração seria paga a cada quinze dias, sem que tenha sido fixado prazo final. Caso Paulo queira encerrar o referido contrato, deve apresentar aviso com a seguinte antecedência, em dias:
- A) 30
  - B) 20
  - C) 15
  - D) 8
  - E) 4
68. Na sociedade limitada, o administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração. A designação será tornada sem efeito se o termo não for assinado no seguinte prazo máximo, após a designação:
- A) 30 dias
  - B) 20 dias
  - C) 10 dias
  - D) 15 dias
  - E) 5 dias
69. O contrato, que tenha por objeto o usufruto do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, após o seguinte ato:
- A) homologação pelo Juiz
  - B) publicação na imprensa oficial
  - C) numeração na Junta Comercial
  - D) aprovação pelo Ministério Público
  - E) atestação pelo Tabelião do Ofício de Notas respectivo
70. Na sociedade simples, qualquer pacto separado, contrário ao disposto no instrumento do contrato, em relação a terceiros é considerado como:
- A) nulo
  - B) ilegal
  - C) válido
  - D) ineficaz
  - E) inexistente

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

71. Segundo comando constitucional, o Conselho Nacional de Justiça, no âmbito de sua competência, pode expedir atos regulamentares. Tais atos têm a seguinte natureza:
- A) potestativa
  - B) secundária
  - C) delegada
  - D) derivada
  - E) primária
72. Na prática de atos concretos de polícia administrativa são caracterizados como atos de consentimento aqueles que se substanciam em:
- A) multas
  - B) licenças
  - C) embargos
  - D) resoluções
  - E) interdições
73. A alienação de um bem público, segundo o critério das prerrogativas, é um ato classificado como:
- A) enunciativo
  - B) complexo
  - C) de gestão
  - D) vinculado
  - E) geral
74. Figura como fundamento legal para a rescisão de um contrato administrativo o fato de a contratada manter um menor em seu quadro de empregados, em trabalho noturno. Para que tal rescisão **não** ocorresse, de acordo com a forma expressa da Emenda Constitucional 20/98, tal empregado já deveria ter completado a seguinte idade mínima:
- A) 21 anos
  - B) 18 anos
  - C) 16 anos
  - D) 15 anos
  - E) 14 anos

75. Foi criada, por particular, uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado, com incentivo e fiscalização pela Administração, mediante termo de parceria. Neste caso, a pessoa jurídica se constitui pela seguinte forma no terceiro setor:
- A) organização da sociedade civil de interesse público
  - B) serviço social autônomo
  - C) organização social
  - D) agência executiva
  - E) entidade de apoio
76. Emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo dispõe que os contadores integrantes dos quadros do Tribunal de Contas do Estado deverão perceber 20% a mais que os titulares dos mesmos cargos no Grupo Fazendário do Executivo estadual. Retornando tal proposição para o Governador do Estado, este deverá adotar a seguinte medida:
- A) sancioná-la, respeitando a autonomia financeira e administrativa dos Tribunais de Contas
  - B) sancioná-la, adotando o limite do teto remuneratório do Chefe do Poder Executivo estadual
  - C) vetá-la parcialmente, limitando a remuneração dos contadores ao mesmo valor do grupo fazendário
  - D) sancioná-la, aplicando como limitador remuneratório o teto do Presidente do Tribunal de Contas do Estado
  - E) vetá-la integralmente, considerando o impedimento à vinculação de espécies remuneratórias de pessoal do serviço público
77. Considere um certame para a aquisição de um módulo de informática para os servidores da Secretaria Municipal de Fazenda que fazem atendimento ao público, com valor estimado em R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), Diante da descrição, a modalidade e o tipo de licitação a ser adotada correspondem a:
- A) convite – melhor técnica
  - B) concurso – melhor técnica
  - C) leilão – maior lance ou oferta
  - D) concorrência – técnica e preço
  - E) tomada de preços – menor preço
78. Joaquim, servidor público do quadro de pessoal de empresa pública federal, situada no Estado de Minas Gerais, tem seu pagamento reduzido indevidamente. Para discutir judicialmente a sua remuneração, terá que fazê-lo perante o seguinte órgão judicial e pelo seguinte vínculo jurídico.
- A) Justiça Federal / cargo efetivo federal
  - B) Justiça Estadual / cargo efetivo estadual
  - C) Justiça Federal / emprego público federal
  - D) Justiça Estadual / emprego público estadual
  - E) Justiça do Trabalho / emprego público federal
79. A cláusula exorbitante, que restringe o uso da *exceptio non adimpleti contractus* nos contratos administrativos, assegura à Administração Pública supremacia em algumas de suas ações dentro dos limites legais. Imagine o caso de uma empresa contratada para prestar serviços para a Administração que, após ter participado do procedimento licitatório, tem o seu pagamento retardado por 60 (sessenta) dias. Nesse caso, o Poder Público pode adotar a seguinte medida legítima:
- A) exigir do contratado a continuidade da prestação do serviço, prevendo o pagamento do montante com as devidas correções contratuais
  - B) averbar a rescisão unilateral ao contrato administrativo pelo descumprimento de cláusula contratual, evitando o pagamento de multa
  - C) alterar unilateralmente o texto do contrato, prevendo indenização especial diante da ocorrência da álea ordinária
  - D) acatar a rescisão unilateral por parte da contratada, impedindo o pagamento de indenização pelo atraso ocorrido
  - E) depositar o pagamento do montante em juízo, desconfigurando hipótese de rescisão do contrato
80. Considere o fato de um particular, proprietário de terras, vir a sofrer dano em sua propriedade em decorrência de invasão de integrantes do movimento dos sem-terra. Some-se a isso o fato de não ter havido reforço no policiamento, a despeito de o reforço mencionado ter sido objeto de ordem judicial. Nesse caso, responsabilidade civil do fato pode ser considerada como:
- A) parcial da vítima e da multidão porque concorreram culposamente para o dano
  - B) integral do Estado porque não houve fiscalização ao bom funcionamento de um serviço público
  - C) objetiva do Estado porque o evento danoso ocorreu por força da omissão do Poder Público
  - D) exclusiva dos integrantes do movimento porque o evento danoso foi gerado por caso fortuito ou força maior
  - E) exclusiva dos integrantes do movimento porque praticaram ato ilícito ao não respeitarem o direito constitucional de propriedade privada

## ATENÇÃO

O **caderno de questões** contém 80 (oitenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) alternativas (A,B,C,D,E), organizadas da seguinte forma:

de **01 a 10** - *Língua Portuguesa*; de **11 a 25** - *Contabilidade Geral*; de **26 a 35** - *Direito Constitucional*; de **36 a 40** - *Auditoria*; de **41 a 45** - *Direito Penal*; de **46 a 60** - *Direito Tributário*; de **61 a 70** - *Direito Civil e Empresarial* e de **71 a 80** - *Direito Administrativo*.

## INSTRUÇÕES

1. A duração da prova é de 4 (quatro) horas , considerando, inclusive, a marcação do **Cartão de Respostas**. Faça-a com tranqüilidade, mas controle o seu tempo.
2. Ao ser dado o sinal de início da prova verifique se a prova é para o **cargo** para o qual concorre, confira, também, a numeração das questões e a paginação. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal de sala.
3. Verifique, no **Cartão de Respostas**, se seu nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento estão corretos. Caso contrário, comunique ao fiscal de sala.
4. O **Caderno de Questões** poderá ser utilizado para anotações, mas somente as respostas assinaladas no **Cartão de Respostas** serão objeto de correção.
5. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a alternativa que responde corretamente a cada uma delas.
6. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
  - não haverá substituição por erro do candidato;
  - não deixar de assinar no campo próprio;
  - não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas;
  - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;
  - outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**;
  - será atribuída pontuação zero à questão que contiver mais de uma ou nenhuma resposta assinalada, ou que contiver emenda ou rasura.
7. O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
8. Você só poderá retirar-se da sala após 60 minutos do início da prova.
9. Quaisquer anotações só serão permitidas se feitas no caderno de questões.
10. Você poderá anotar suas respostas em área específica do Caderno de Questões, destacá-la e levar consigo.
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
12. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o **Caderno de Questões** e o **Cartão de Respostas**.

Não esqueça seu documento de identidade.

Boa Prova!